

FTIGESP NEWS // Fisco e Comissões da Alesp podem fiscalizar Abril após demissões

, 05 Outubro 2018 - 10:15:00

Propostas foram encaminhadas em audiência pública na Alesp, na última semana, onde reuniu gráficicos, jornalistas, administrativos, distribuidores e o deputado estadual Carlos Gionnazi, político responsável pelo evento

Neste domingo (7), a maioria dos atuais deputados estaduais buscarão se reeleger. Para isso precisam do voto dos trabalhadores. Apesar disso, na última semana, só o deputado Carlos Gionnazi deu visibilidade efetiva a luta dos 1,5 mil demitidos em massa pela editora Abril, sem receberem seus direitos trabalhistas. O parlamentar promoveu uma audiência pública para tratar do drama dos demitidos e do abandono por parte da empresa, que se abrigou na recuperação judicial para tentar oficializar a negação da lei trabalhista. A Justiça do Trabalho inclusive já se posicionou contra. Definiu que todos os trabalhadores devem ser reintegrados e terem seus salários pagos no período em que estiverem afastados. E proibiu novas demissões.

Apesar do convite, nenhum outro deputado participou da audiência, onde definiu que a Abril terá de se explicar junto ao Poder Legislativo, e ainda que seja fiscalizada pela Secretaria da Fazenda e pelas receitas (Fisco). A pedido de Giannazi, as Comissões de Relações de Trabalho e de Direitos Humanos da Alesp terão de decidir se estarão do lado da editora ou dos 1,5 mil demitidos e abandonados pela empresa. Estas comissões, formadas por vários deputados, precisarão votar se são favoráveis para convocar a Abril para explicar a situação e mostrar uma solução. "No dia dessa votação, precisamos estar em massa. É pressão total", convocam Leonardo Del Roy, presidente da Federação Paulista do Gráfico (Ftigesp), e Daniel Golveia, gráfico da Abril e diretor do sindicato local (STIG).

Ambos os sindicalistas participaram da audiência pública, com direito a fala em defesa dos demitidos. Os presidentes das três outras categorias atingidas também participaram: Paulo Zocci (jornalistas), por exemplo, destacou a necessidade de que os trabalhadores participem ativamente nos dias das votações nestas comissões, de modo a garantir, diante da pressão popular, que os deputados autorizem a convocação da editora. Zocci chamou atenção ainda para outro problema que precisa da atuação parlamentar: é preciso encontrar o meio para garantir o interesse nacional através da comunicação, cujo tem sido marginalizado frente o poderio do Google e Facebook em detrimento das empresas de comunicação do país mesmo com lei que limita o capital estrangeiro para garantir tal interesse.

Del Roy aproveitou ainda para criticar a nova lei trabalhista de Temer. Fez duros questionamentos. Ele informou inclusive que a Abril, antes ainda da validade desta legislação em novembro de 2017, dias antes da data-base dos gráficos, já queria impor os absurdos de contratos precários contra os trabalhadores. À época, ele recusou esse absurdo e garantiu a renovação da convenção de direitos da classe. "Somos a parte produtiva, portanto, somos a parte mais importante, pois sem quem rode ou busca as notícias, jamais existiria Abril, com ou sem lei trabalhista ou de recuperação judicial atrasadas", fincou Del Roy. Portanto, concluiu dizendo que continuará na luta sindical e jurídica em defesa da classe trabalhadora, ainda mais agora que tem crescido a unidade dos demitidos em torno dos seus sindicatos. As mobilizações só crescerão no campo político, jurídico de

a ç ão sindical.

"A necess ário ainda lembrar neste domingo dos pol íticos que tra íram a classe trabalhadora com a aprova ç ão de leis para a flexibiliza ç ão dos direitos dos gr áficos, jornalistas e todas as demais categorias no Brasil", endossou Del Roy, durante a audi ência p ública. Desse modo, endossou que somente elegendo pol íticos compromissados com os trabalhadores e banindo os antitrabalhadores que ser á poss ível reverter a conjuntura de caos ap ós a aprova ç ão de leis da terceiriza ç ão e reforma trabalhista. Para isso, neste domingo (7), vote consciente para deputados estaduais e federais, dois senadores, governador e para presidente do pa ís.